



Jornalismo Investigativo e Declaratório sobre a escolha do estádio paulista para 2014¹

Ariane Altarugio Belardin²

Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP

Wanderley F. Garcia³

Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP

Resumo

Este artigo observa se há jornalismo investigativo ou de declaração em reportagens dos cadernos de esportes de O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo. A partir de referenciais teóricos, foi possível delimitar as propriedades da técnica investigativa e da declaratória. Considerando a importância do futebol na sociedade brasileira e também os valores que a modalidade esportiva movimenta no país, percebe-se a atenção que o tema deve ter por parte da imprensa. A pesquisa tomou como objeto a cobertura sobre a escolha do estádio em São Paulo para a Copa do Mundo de 2014. Percebeu-se que a maior parte das reportagens utiliza apenas do jornalismo declaratório e que a investigação esteve presente em poucos trabalhos jornalísticos no período analisado.

Palavras-chave: Jornalismo Investigativo; Jornalismo Declaratório; Copa do Mundo de 2014; O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo;

Introdução

Este artigo faz uma análise comparativa entre o jornalismo praticado pelos cadernos de esportes dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, no período de 13 de abril a 25 de agosto de 2010, no caso da escolha do estádio em São Paulo que sediará jogos da Copa do Mundo de 2014. A amostragem é aleatória, de acordo com a divulgação das matérias de ambos os impressos.

Viu-se a necessidade de estudar a presença de trabalho jornalístico investigativo ou de declaração, a partir da leitura das matérias do O Estado e da Folha, os quais

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011. Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida para a conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Jornalismo Contemporâneo da Universidade Metodista de Piracicaba, em 2010.

² Ariane Altarugio Belardin possui graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e pós-graduação em Jornalismo Contemporâneo pela Unimep. E-mail: arianebelardin@terra.com.br

³ Wanderley F. Garcia foi orientador deste trabalho de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Jornalismo Contemporâneo, é professor de Jornalismo e Rádio, TV e Internet na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e de Jornalismo na Puc-Campinas. É coordenador do curso de especialização em Jornalismo Multimídia da Unimep. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo e mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puc-Campinas). E-mail: wanderleyfgarcia@gmail.com



traziam, em algumas publicações, notícias com superficialidade. Entretanto, em algumas reportagens percebia-se um “*feeling*” do jornalista que, na apuração do caso, poderia obter fontes não-oficiais, fazer infiltração – se necessário -, e ter acesso a informações e documentos exclusivos.

O objetivo é identificar a profundidade da apuração jornalística num caso que envolve centenas de milhões de reais para reformas ou construções de estádios para sediar um evento mundial de grande porte e que tem grande impacto sobre o público devido ao grande interesse dos brasileiros pelo futebol.

Para analisar a possível presença de investigação, o artigo delimitou-se em jornalismo investigativo encaixando-o como gênero jornalístico -, e de declaração - como uma tendência jornalística em meio a falta de tempo dos repórteres-, seguida de toda a contextualização do caso - abordado pelos jornais em estudo.

Foram analisadas 11 matérias do jornal O Estado de S. Paulo e 15 da Folha de S. Paulo, observando-se as técnicas de apuração empregadas para delimitar como jornalismo investigativo ou declaratório.

Jornalismo Investigativo

O jornalismo investigativo traz consigo algumas dúvidas. Diz o escritor e jornalista colombiano Gabriel García Márquez (apud SEQUEIRA, 2005, p.15), que “la investigación no es una especialidad del oficio, sino que todo periodismo tiene que ser investigativo por definición”. A investigação seria, por ética jornalística, um método de trabalho da categoria, mas passa a ser uma técnica da categoria investigativa, não mais da estrutura da notícia (pauta, investigação e matéria).

“O resultado final de uma reportagem, seja de jornal, rádio, TV ou internet, é fruto da apuração de um fato pelo repórter a partir de fontes diversas, documentais ou pessoais” (FORTES, 2005, p.35). A pesquisa dos fatos é feita por qualquer setor do jornalismo, mas Leandro Fortes mostra que:

O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão (FORTES, 2005, p.35).



Para Burgh (2008, p.75) “o jornalismo pode ser interpretado simplesmente como uma arma nas batalhas entre dois poderes, mídia e autoridade”. No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello rendeu muitas investigações, que levaram ao impeachment do presidente. A apuração a fundo é uma “técnica que se pode aplicar em qualquer matéria, seja ela de esportes, de política ou de economia”, segundo o jornalista Antonio Carlos Fon (*apud* SEQUEIRA, 2005, p.74).

Sequeira (2005, p.18) classifica o jornalismo investigativo como um gênero jornalístico a partir de reflexões que determinam sua afirmação: “o gênero jornalístico pode ser definido pelo ‘estilo’, pelo manejo da língua, pelas formas ‘jornalístico-literárias’, que o profissional usa com o objetivo de ‘relatar a informação’”. As dimensões do gênero apresentaram um diferencial com relação às outras: a de informar e opinar, em um mesmo momento, já que a indagação do jornalista levou-o a enfrentar suspeitas que podem ser comprovadas por investigações.

A autora acredita que o jornalista deve avaliar os resultados que a matéria irá surtir, nas soluções que irá trazer e mostra as etapas fundamentais da produção:

Embora cada jornalista investigativo tenha seu método de trabalho e cada reportagem seja única, sete etapas estão presentes na rotina de todos os repórteres entrevistados: a busca de um novo tema, o estudo de viabilidade do tema, o estudo aprofundado do assunto em questão pelo repórter, a criação de um projeto de trabalho, a fase de apuração (documental e com fontes) e cruzamento de informações, a redação e a edição/publicação (SEQUEIRA, 2005, p.154).

O jornalista investigativo precisa ter *feeling* na hora de escrever a matéria, com o olhar crítico sobre o assunto, sentir que algo falta ou que não está claro. Sequeira (2005, p.69) usa como referência o jornalista colombiano Geraldo Reys e a jornalista espanhola Montserrat Quesada que acreditam que o profissional precisa acreditar na sua intuição para haver um processo investigativo, deve ter “sensibilidade, a mola mestra do jornalismo investigativo” (Sequeira, 2005, p.67).

Para Ricardo Kotscho (*apud* LOPES; PROENÇA, 2003, p.11), uns dos princípios do jornalismo investigativo é “procurar descobrir e contar para todo mundo aquilo que se está querendo esconder da opinião pública”. O jornalista precisa deter-se de tempo e recursos para infiltrar-se em uma investigação, seja política, econômica, esportiva ou de qualquer segmento.



Na rotina dos impressos não há tempo para fazer uma apuração mais elaborada. As equipes produzem as matérias a partir da confirmação do veredicto. O repórter precisa selecionar o que é de interesse público, sentir que possui informações que não estão claras e que precisam de inquirição. Com isso, vem o trabalho do jornalista investigativo que é o de fazer a pauta, apurar o caso, ter fontes não-oficiais, infiltração – quando necessário -, acesso a informações e documentos exclusivos, fazer a investigação a fundo – sem que haja pressa -, e transferir toda a informação ao leitor.

Lopes e Proença (2003, p.12) apontam a definição do jornalismo investigativo como “a busca da verdade oculta ou mesmo como uma reportagem em profundidade”, com os seguintes conceitos dados por estes autores:

1. que a investigação seja resultado do trabalho do jornalista, não informação elaborada por outras áreas. Por exemplo: a polícia;
2. que o objetivo da investigação seja razoavelmente importante para grande parte da população, não, por exemplo, para os interesses de determinados setores;
3. que os investigados tentem esconder esses dados do público. Quando há ocultação, a consciência não está tranquila

O jornalista Alberto Dines em *O papel do jornal: uma releitura* mostra que o jornalismo investigativo “relaciona-se com o jornalismo interpretativo ou analítico, pois, ao inquirir sobre as causas e origem dos fatos, busca também a ligação entre eles e oferece a explicação da sua ocorrência” (DINES, 1986, p. 92). O caráter investigativo não é o de escândalos, sem compromisso com a denúncia, mas a obrigação de informar.

No livro *11 gols de Placa*⁴, o organizador Fernando Molica traz uma seleção de reportagens, que mostram a investigação em casos de futebol, no qual trazem a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e a Fifa (*Fédération Internationale de Football Association*) como instituições problemáticas, que impedem a pureza do futebol - como o esporte de maior paixão do brasileiro – e se torna uma grande geração de capital. A amostragem desta coletânea comprova que no esporte não há apenas declarações oficiais de coletivas ou documentos divulgados para toda a imprensa, mas a investigação feita com minuciosas entrevistas e pesquisas de altíssimo teor de importância e complexidade.

Jornalismo Declaratório

⁴ MOLICA, Fernando [org.]. *11 gols de placa*. Rio de Janeiro: Record, 2010.



Jornalismo declaratório tem como suas principais características a declaração de fontes e documentos oficiais e *releases*. A deficiência em investigar o que há por trás de algumas reportagens traz à tona um novo jeito de fazer jornalismo, apenas com coleta de dados e a divulgação de informações e documentação oficiais. Em resumo, é uma prática do mau jornalismo, ou de jornalismo de má qualidade.

Rubim e Colling (2006) acreditam que “o jornal sofre de outro grande mal da imprensa contemporânea, o chamado ‘jornalismo declaratório’”, provocado pela dificuldade de infiltração na notícia e pela falta de tempo. “Nesse tipo de jornalismo, cabe ao repórter apenas a tarefa de coletar as declarações das fontes, sem nenhuma preocupação em saber se as informações são verdadeiras ou não” (RUBIM; COLLING, 2006).

O jornalismo de declaração é deficiente em notícias com profundidade e qualidade. O jornalista precisa investigar, buscar informações que não são claras. Di Franco (2010) acredita que “é preciso mostrar os eventuais descompassos entre o discurso e a realidade”, a sociedade espera uma reportagem séria, que se comprometa com o interesse público.

Nós, jornalistas, somos (ou deveríamos ser) o contraponto a essa tendência. Cabe-nos a missão de rasgar a embalagem e mostrar a realidade. Só nós, estou certo, podemos minorar os efeitos perniciosos do espetáculo audiovisual que, certamente, não contribui para o fortalecimento de uma democracia sólida e amadurecida (Di Franco, 2010).

O jornalista precisa escrever notícias sem perder tempo, de maneira muito rápida, se deparando com a grande velocidade com que as informações circulam na sociedade. Diante de inúmeras agências de notícias e de assessorias de imprensa, o acesso a documentações, a declarações e a histórias prontas se tornam mais fáceis que a investigação.

O jornalista necessita ouvir os dois lados da história que investiga para mostrar imparcialidade. Mas para isso é necessário apurar e investigar os envolvidos no caso.

A verdade corre contra os jornalistas, muitas vezes as fontes se escondem para não dizer o que sabem, mas Fortes (2005, p. 69) lembra que

preguiça e jornalismo não combinam. O jornalismo não é, definitivamente, uma profissão para preguiçosos, muita menos para



covardes. [...] Mas, no caso da investigação jornalística, o trabalho é sempre intenso, misto de suor e paciência, mesmo quando a luta cotidiana pela notícia requeira o cumprimento de prazos.

Solano Nascimento nomeia o jornalismo declaratório de jornalismo sobre investigação. Alguns filtros possibilitam identificar esta categoria, como: quando a matéria traz conteúdos oficiais (entrevistas ou documentos), divulgação de investigação de autoridade, informações não inéditas e não possuam denúncia, e a superficialidade do caso reportado. Solano completa dizendo que é possível que “um policial ou um fiscal, por exemplo – tenha passado a jornalistas informações de uma investigação em andamento, mas tenha solicitado a omissão de qualquer indício sobre a origem dos dados” (NASCIMENTO, 2010, p.60), neste caso a reportagem é sobre investigação – não foi feita investigação própria.

A declaração é o início de uma matéria, usada como material para busca de mais informação. Há a falta de apuração e o excesso de transcrições de falas oficiais, muitas vezes divulgadas para toda a mídia, não apenas para aquele veículo. Isto, de certa forma, deixa o leitor desinteressado pela matéria e pouco fiel ao veículo – já que todos trazem a mesma reportagem, com as mesmas notícias.

Hoje em dia, a correria na divulgação da informação está vinculada também à ideia de noticiar em primeira mão, isto é, como furo de reportagem. (...) Na atualidade, existe um fenômeno interessante com relação ao furo: o risco de a informação cair no vazio e não repercutir, justamente porque não se divulgou junto com as demais empresas de comunicação (PERIAGO, 2003, p.171).

Solano ainda destaca que há outra possibilidade que não é jornalismo de declaração e também não se encaixa no investigativo ocorre quando o repórter recebe “uma espécie de dossiê com documentos e provas que embasem uma denúncia e publica uma reportagem com essas informações”. Para o autor, neste caso não é reportagem sobre investigação já que o documento não é oficial, de autoridade, mas também não faz parte do investigativo, porquê o material veio pronto ao jornalismo, não necessitou de investigação e apuração mais detalhada.

Di Franco (2010) repudia a prática do jornalismo de declaração, e aponta que deve-se diferenciar notícia de declaração, e mostra sua indignação:



É preciso declarar guerra ao jornalismo declaratório e assumir, efetivamente, a agenda do cidadão. O nosso papel é ouvir as pessoas, conhecer suas queixas, identificar suas carências e cobrar soluções dos governantes. O jornalismo de registro, pobre e simplificador, repercute o Brasil oficial, mas oculta a verdadeira dimensão do País real. Precisamos fugir do espetáculo e fazer a opção pela informação (Di Franco, 2010).

Alguns veículos de comunicação têm o esporte como entretenimento e diversão e o tratam com superficialidade, com relato dos fatos como: onde foi o jogo, o resultado, onde será o próximo, alguém foi expulso, entre outras notícias comuns. Vai mais a fundo quando um jogador se machuca, demora para sair os resultados dos exames e não se sabe quando retorna à atividade. Mas há possibilidade de sair da superficialidade e investigar também no jornalismo esportivo:

Escalção que mistura corrupção, pobreza, desemprego, falsificação de documentos, abuso de poder e exploração de menores. As sombras projetadas em nossos gramados são muito semelhantes às que assombram outros porções da sociedade brasileira (MOLICA, 2010, p. 7).

Os estádios para 2014

No dia 27 de outubro de 2007, o Comitê executivo da Fifa anunciou o Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014. Como o evento não acontece no país desde 1950, inúmeras expectativas foram criadas, como a escolha das capitais brasileiras que receberão os jogos.

Dezoito cidades se candidataram. O critério para a seleção era a infraestrutura apresentada pelos projetos de cada estádio. Além disso, foram observados a rede hoteleira, o sistema de transporte público, as opções de lazer, os aeroportos e a segurança coletiva.

Com isso, 12 foram escolhidas: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Os estádios precisam ter capacidade mínima de 40 mil lugares, enquanto o jogo de abertura necessita de no mínimo 60 mil. A partir de diversas disputas, São Paulo ficou responsável em receber a abertura do Mundial - mais especificamente o Morumbi



(estádio Cícero Pompeu de Toledo, casa do São Paulo Futebol Clube), o qual tinha sido aprovado para a Copa de 2014.

O Morumbi apresentou um projeto de reforma avaliado em R\$ 630 milhões, mas não deu garantias do início das obras. Segundo reportagem de O Estado⁵, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, não quer que o Morumbi se torne como o Engenhão, do Rio de Janeiro - durante as obras para o Panamericano de 2007 -, que houve atraso no cronograma e foi preciso injetar dinheiro público para o projeto ser concluído.

O Comitê Executivo São Paulo, responsável pela organização da copa no estado, não conseguiu levantar a quantia total para a reforma que deixaria o estádio do São Paulo com capacidade para receber jogos do mundial, de acordo com O Estado de S. Paulo⁶. A mesma matéria afirma:

No momento em que o Comitê Organizador da Copa, presidido por Ricardo Teixeira, aprovou os 12 projetos técnicos, no mês passado (em maio), começou uma corrida contra o tempo para que cada sede apresente em 30 dias as garantias financeiras que viabilizariam as obras. Na prática, esses prazos se encerram no fim de semana (BARSETTI, 2010, p. E3).

Morumbi é descartado

A Fifa deu um prazo para que todas as cidades conseguissem fazer as suas obras. 31 de janeiro de 2010 foi a data máxima para o início, e 31 de dezembro de 2012 a entrega definitiva de todos os estádios. Em 2013 o Brasil receberá a Copa das Confederações, organizada pela Fifa, tida como um torneio preparatório para a Copa do Mundo.

Até 14 de junho de 2010, O Comitê Paulista precisava apresentar à Fifa viabilidades financeiras para as obras no Morumbi acontecerem, e o estádio ter a possibilidade de receber os jogos da semifinal da Copa do Mundo. O prazo foi cumprido, porém, outro projeto foi entregue, que custaria R\$ 260 milhões (orçamento menor que outros já apresentados), o que acarretaria no não recebimento da abertura de 2014.

⁵ BARSETTI, Sílvio. *Com o Morumbi fora, capital corre atrás de estádio*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, p. E1, 17 de junho de 2010.

⁶ BARSETTI, Sílvio. *Fifa excluirá Morumbi ainda na África*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, p. E3, 10 de junho de 2010.



Em 16 de junho de 2010 - durante a Copa do Mundo na África do Sul -, a Fifa anunciou que o Morumbi foi descartado da Copa de 2014, sem chances de sediar qualquer jogo do Mundial – como publicado por Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, neste dia.

Porém, governador de São Paulo, Alberto Goldman e o prefeito da cidade, Gilberto Kassab, cogitaram a idéia entre reformar e ampliar o estádio do Pacaembu, que é um estádio de poder público - inaugurado em 1940 -, ou a construção de uma arena do Corinthians, totalmente nova, ou ampliar o projeto de reforma da Arena Palestra Itália, do Palmeiras – atualmente para 45 mil espectadores -, ou ainda a construção de um novo estádio em uma área ainda não explorada.

Opções para São Paulo

No comando do governo do Estado de São Paulo, de 1995 a 2001, Mário Covas viu a necessidade de uma área para eventos e exposições na capital. No primeiro mandato do prefeito Kassab, de 2006 a 2008, o então vice-governador Alberto Goldman e o secretário Orlando Almeida encontraram a área de Pirituba – localizada no entroncamento da Rodovia dos Bandeirantes com o Rodoanel – que ainda contava com uma linha de trem, deixando o acesso facilitado.

A CBF acreditou na hipótese de concretizar a ideia da área - que se tornaria propriedade do Corinthians. A arena contaria com capacidade para 60 mil pessoas, o que possibilitaria a recepção do jogo de abertura da Copa de 2014. Mas para isso, seria preciso conseguir grandes investidores para possibilitar o projeto que gastaria de R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão, o que para Teixeira não seria problema, de acordo com O Estado de S. Paulo de 18 de junho de 2010 (ZANCHETTA, 2010, p.E11).

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, no dia 21 de julho de 2010, Goldman refere-se ao Pirituba como um “fantasminha”, e diz que essa história “não existe”. Entretanto, há a possibilidade em fazer uma arena para o Corinthians em outro terreno, que não seja em Pirituba. Com isso o clube ganharia um estádio e São Paulo definiria sua sede.

Já a Arena Palestra possui projeto aprovado pela organização do clube Palmeiras para a sua reforma. O espaço contará com capacidade para 45 mil lugares – insuficiente para receber a abertura, mas suficiente para ter jogos das semifinais -, e com infraestrutura ao redor, como transporte público.



A opção palmeirense ainda traz benefícios como a economia em construções para linhas de metrô e melhoria viária, além de já ter sua reforma programada e contar com investidores. Contudo, Goldman e Kassab insistiam no Morumbi, com capacidade para 65 mil pessoas, pois a cidade que receber a abertura, recepcionará a Comissão Organizadora do Mundial e será o “abrigo” da imprensa de todos os países – o que terá maior giro de capital na cidade e em todo o estado de São Paulo, gerando assim mais empregos durante a copa.

Outra opção é o estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, mas descartada pelo governo paulista por precisar de uma ampla reforma e não ter de projeto de acordo com as exigências da Fifa para ser a sede inaugural. Caso seja aceita a hipótese de receber outros jogos, já teriam outros projetos em andamento com investimentos de parceiros.

Jornalismo Investigativo ou Declaratório no O Estado e na Folha

Um dos pontos analisados nas reportagens do O Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo é a presença de jornalismo investigativo - com investigação e busca de fontes e documentos exclusivos -, ou a substituição desta categoria pelo declaratório, que, muitas vezes, se torna a opção - seja por falta de tempo ou pela ausência de *feeling* do jornalista.

O Estado publicou uma matéria, no dia 13 de abril de 2010, com o seguinte título “Morumbi fora da abertura e da Copa”. No texto o jornalista Sílvio Barsetti, trazia a exclusividade da informação que o estádio do Morumbi seria excluído da Copa do Mundo de 2014, mas que essa informação ainda viria a ser pública.

O Estado entrevistou um alto executivo da Fifa, que fez revelações sobre a atitude da entidade em excluir o Estádio Cícero Pompeu de Toledo, e mostra que a decisão já está tomada e confirma: “Está fora da Copa”.

A Folha de S. Paulo, neste dia 13 de abril, nada publicou sobre a escolha do estádio em São Paulo. Mesmo O Estado não anunciando o nome do alto executivo entrevistado, ele traz falas diretas que comprovam o que afirma, e ainda deixa claro que o secretário-geral da Fifa, Jerome Valcke, possui o projeto do plano b.

No dia seguinte à polêmica, a Folha mostra que O Estado trouxe a notícia à tona, mas desmente tudo com falas da Fifa – recebidas por e-mail à Folha. Mas, no mesmo dia 14 de abril, O estado diz: “até que seja oficializada a saída do estádio são-paulino do



evento, as entidades vão negar o fato” (BARSETTI, O Estado de S. Paulo, 14 de abril de 2010, p.E2).

Na mesma reportagem em O Estado, “Questão financeira exclui o Morumbi”, Barsetti traz todo o cálculo de gastos do estádio, seu projeto e suas mudanças. Enquanto a Folha apenas reproduz as réplicas da Fifa quanto à matéria do dia anterior de O Estado.

Ainda no dia 14, O Estado mostra que São Paulo possui segunda alternativa para jogo de abertura: Arena em Pirituba. O jornal relembra que o presidente da São Paulo Turismo S/A, Caio Carvalho, disse em março de 2010 que seria uma alternativa para a Copa de 2014. Também explicita que apurou que o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, confidenciou o projeto para polo de eventos, com área de 4,9 milhões de metros quadrados.

A Folha publicou: “Comitê nega haver plano B para São Paulo” (MAGENTA, 14 de abril de 2010, p. Esporte), desmentindo a informação de que existiria outra opção que não o Morumbi. As falas informadas são oficiais, ditas em evento em Salvador, que reuniu as cidades-sedes da Copa de 2014, pela coordenadora-executiva do Comitê de São Paulo, Raquel Verdenacci.

Em 10 de junho, O Estado confirma que o Morumbi está fora do Mundial de 2014 e se expõe sobre desmentidos da exclusão:

Na edição de 13 de abril de 2010, o Estado antecipou que o Morumbi não seria palco da Copa de 2014. Desde aquele dia, houve vários desmentidos oficiais que partiram das três esferas de governo, do São Paulo Futebol Clube e do próprio comitê local – todos confirmando o Morumbi como a única arena do Estado para a Copa (BARSETTI, 10 de junho de 2010, p.E3).

O Estado usa fontes exclusivas para trazer informações de interesse público e confirma, ainda, que a Fifa anunciaria na Copa da África do Sul. Novamente um alto executivo falou ao jornalista Sílvio Barsetti, em Johannesburgo, sobre o novo projeto de “requalificação” que deveria ser apresentado pelo São Paulo Futebol Clube, sendo seguido da exclusão antes mesmo dos jogos na África terminarem. Outra fonte utilizada na matéria é o diretor de marketing são-paulino, Adalberto Batista.

No mesmo 10 de junho, a Folha também confirma: “Fifa não aceita ‘novo’ Morumbi” (ARRUDA; COBOS; FERNANDES, 2010, Esporte). Porém, os repórteres não deixam claro se houve investigação, infiltração, documentos e falas não-oficiais ou



qualquer informação exclusiva, apenas mostram a suspeita - que é confirmada por fatos não comprovados. Enquanto o jornal O Estado confirma suas denúncias: “na edição de 13 de abril de 2010, o Estado antecipou que o Morumbi não seria palco da Copa de 2014” (BARSETTI, 2010, p.E3), e apresenta entrevista exclusiva com “alto executivo” da Fifa.

O jornalismo declaratório está presente na matéria da Folha do dia 10 de junho de 2010. Pois, o jornalista exibe que há suspeita sobre o assunto que mostra que o Estádio do Morumbi será fatalmente descartado, porém não busca informações exclusivas que comprovem os indícios.

Exemplo de trabalhos diferentes, mas com o mesmo fundamento é o do dia 17 de junho de 2010, quando a Folha e o Estado anunciam que o Morumbi está, definitivamente, fora da Copa de 2014. A Folha diz que Teixeira não quis falar com ela, mas apresenta discursos dados a outros veículos no dia anterior.

Já o Estado relembra que antecipou o fato, mas não apresenta outra investigação sobre o assunto. Além disso, o anúncio da exclusão foi oficial e para todos os meios de comunicação, o que não garante exclusividade para nenhum dos impressos analisados.

A Folha de S. Paulo, do dia 05 de agosto de 2010, é um exemplo de superficialidade, uma característica do jornalismo de declaração. Ela traz uma matéria em que o jornalista Felipe Coutinho sente que algo está errado e cita que “o lobby pró-Morumbi foi orquestrado com apoio” (COUTINHO, 2010, p. Esporte). Porém, não aprofunda no assunto.

“Em nota oficial”, diz a Folha, ao trazer pronunciamentos oficiais e não procura investigar mais a fundo as evidências de envolvimento político na decisão da CBF e da Fifa. Assim como O Estado: “Fifa anuncia oficialmente, na África do Sul”.

Entretanto, é importante ressaltar que o Estado já havia previsto a mudança de estádio em São Paulo, e que o anúncio viria ainda nos acontecimentos na África do Sul. O jornalista consegue entrevista com o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, que faz confissões exclusivas ao meio.

Mas, apenas ter uma fonte exclusiva é pouco para delimitar uma reportagem como investigativa. Além disso, é necessário que haja apuração, investigação, documentos não divulgados, detalhes jamais vistos e, ainda, informações que são guardadas para que não venham ao público – que o jornalista consiga -, “pesquisa minuciosa de cada nuance dos fatos feita com os olhos críticos que deve ter todo bom repórter” (FORTES, 2005, p.35).



O jornalismo investigativo é como ocorreu nos dias 13 e 14 de abril de 2010 com O Estado de S. Paulo, que teve o *feeling* de que havia indícios de que o projeto do São Paulo iria ser cancelado. O jornalista usou métodos que o possibilitou antecipar a notícia que viria mais de dois meses depois por todos os meios de comunicação.

O declaratório se fez presente na maioria das reportagens estudadas, tornando a investigação um fator sem relevância naquele momento. As matérias se tornam superficiais, o que mostra que o interesse dos veículos é o de publicar a notícia e levar a informação até o leitor – com furo de reportagem -, mesmo que sem profundidade e sem críticas fundamentadas de interesse público.

Considerações Finais

A partir da pesquisa feita para este artigo, foi possível observar que há um descaso com a investigação e o aprofundamento na apuração dos fatos em algumas matérias já citadas. O aumento do jornalismo declaratório nos veículos impressos analisado é grande, e vem tomando conta das reportagens trazidas aos leitores.

A produção da pauta, apuração do caso, busca fontes não-oficiais, infiltração – se necessário -, divulgação de informações e documentos exclusivos e fazer a investigação profunda, deixam de ser características cotidianas do jornalismo. Mas todos estes métodos, atualmente, classificam um gênero jornalístico: o investigativo. O valor está na publicação das informações com velocidade.

O jornalista esportivo também precisa de responder a perguntas para compor sua notícia e fundamentar as informações que publica. Em algumas matérias, já demonstradas ao longo da análise deste artigo, há referências de jornalismo investigativo. Porém, esta prática se encontra em poucas reportagens da amostragem.

Foram analisadas 11 reportagens do jornal O Estado de S. Paulo, no período entre 13 de abril a 25 de agosto de 2010, sendo duas delas categorizadas como jornalismo investigativo (dias 13 e 14 de abril de 2010) e a do dia 10 de junho de 2010 é tida como parcialmente investigativa – apresenta fonte oficial, mas não revela seu nome.

A Folha de S. Paulo também foi analisada entre 13 de abril a 25 de agosto, com amostragem aleatória, assim como o Estado. Dentre as 15 matérias estudadas, nenhuma se encaixou nos parâmetros do investigativo. No dia 05 de agosto o jornalista da Folha demonstra seu “*feeling*” sobre a questão do Morumbi estar fora de 2014, entretanto, não apresenta provas.



Isto comprava que a investigação se tornou algo peculiar a poucos jornalistas, e o declaratório presente nos jornais – com cada vez mais uso pela imprensa.

Referências Bibliográficas

BARBEIRO, Heródoto; RANGEL, Patrícia. *Manual do jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARSETTI, Sílvio. *Questão financeira exclui o Morumbi*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 14 de abril de 2010.

BARSETTI, Sílvio. *Fifa excluirá Morumbi ainda na África*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 10 de junho 2010.

BARSETTI, Sílvio. *Com o Morumbi fora, capital corre atrás de estádio*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 17 de junho de 2010.

BURGH, Hugo de. *Jornalismo Investigativo: Contexto e Prática*. São Paulo: Roca, 2008.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *A revolução das Fontes*. 2007. Disponível em: http://www.oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=98. Acesso em: 07/09/2010.

COUTINHO, Filipe. *Governo faz lobby por Morumbi*. São Paulo: A Folha de S. Paulo, 05 de agosto de 2010.

DINES, Alberto. *O papel do jornal – Uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=tSarM18BpYwC&pg=PA19&dq=alberto+dines+o+papel+do+jornal+download&hl=pt-BR&ei=mGOdTJGaLMGB8gb25-2UDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CDQQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 11/09/2010.

Franco, Carlos Alberto Di. *Repensar os jornais*. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=264ASP016>. Acesso em: 12/09/2010.

FRANCO, Carlos Alberto Di. *Jornalismo – fraquezas que comprometem*. 2010. Disponível em: <http://www.masteremjornalismo.org.br/artigos/137-jornalismo-fraquezas-que-comprometem>. Acesso em: 24/09/2010.

FORTES, Leandro. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIRADO, Maria Cecília (Ciça). *Reportagem: a arte da investigação*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.



LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MAGENTA, Matheus. *Comitê nega haver plano B para São Paulo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2010, p. Esporte.

MOLICA, Fernando [org.]. *11 gols de placa*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PERIAGO, Francisco Redondo. LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz [org.]. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

RIBEIRO, Bruno. *Entrevista com Gilberto Kassab*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 18 de junho de 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; COLLINO, Leandro. *Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil*. Santa Catarina: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1689/1433>. Acesso em: 24/09/2010.

SALATIEL, José Renato. *"Garganta Profunda" e o impeachment de Nixon*. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/atualidades/caso-watergate.jhtm>. Acesso em: 22/09/2010.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. *Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas de reportagem*. São Paulo: Summus, 1986.

TOGNOLLI, Cláudio Júlio. *Jornalismo Investigativo: Na descoberta, a semelhança*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181220023p.htm>. Acesso em: 18/09/2010.

TOLEDO, Camila Ferraz Martos de et. al. *Jornalismo Investigativo e sua substituição pela prática declaratória*. Santos: Intercom, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCONCELOS, Frederico. *Anatomia da reportagem*. São Paulo: PubliFolha, 2008.

ZANCHETTA, Diego. *SP atrás de parceiros para o plano B*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 15 de junho de 2010.